

FECHAMENTO DE ESCOLAS DESTINADAS AOS CAMPESINOS EM CONTEXTO AMAZÔNICO: O DIREITO À EDUCAÇÃO SUBVERTIDO AOS INTERESSES HEGEMÔNICOS EM RONDÔNIA

SILVANA DE FÁTIMA DOS SANTOS

Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes (SEMED), Ariquemes, Rondônia, Brasil /
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Ariquemes,
Rondônia, Brasil

JOSEMIR ALMEIDA BARROS

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil

RESUMO: Esta pesquisa é de abordagem qualitativa e objetivou analisar fatores que ocasionaram o significativo número de fechamento de escolas localizadas em áreas rurais na região amazônica do estado de Rondônia, Norte de Brasil, no período de 2000 a 2020. Indaga-se o processo de fechamento de escolas destinadas a crianças e jovens camponeses no estado de Rondônia, a partir do início do século 21, corresponde à efetivação dos propósitos do agronegócio? Entre as fontes utilizou-se materiais bibliográficos, noticiários de mídias e documentos – Sinopse Estatística da Educação Básica, Censos Agropecuários, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e leis. O fechamento de escolas em áreas rurais é um acontecimento assinalado por interesses diversos, seja pela ausência de políticas públicas educacionais para os camponeses, seja pela junção de escolas em projetos de nucleação.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas Rurais. Educação Camponesa. Fechamento de Escolas.

INTRODUÇÃO

Na região amazônica, as escolas destinadas aos povos camponeses, ribeirinhos, quilombolas e indígenas foram e são constituídas por meio de ações diversas, ora advindas do poder público, ora a partir de manifestações sociais das comunidades por direito à educação que se materializam na construção da própria escola rural.

Nos anos 1980 e 1990, ocorreu no Brasil uma articulada participação social sobre a elaboração de propostas políticas e o consequente protagonismo da sociedade civil, diferentemente do registrado nos “anos de chumbo”, contexto em que o Estado brasileiro autoritário, ineficiente e corrupto optou pelo projeto burocrático e burguês.

Entre os anos 1980 e o início do século 21, foi perceptível a ampla participação da sociedade civil organizada nas agendas políticas dos governantes, como a dos movimentos sociais e sindicais, que lutam pelo direito à terra e por seu uso na perspectiva da função social. Ambos os movimentos também se preocuparam com a educação.

As conquistas sociais e, especificamente, as relacionadas à educação dos camponeses, conectam-se diretamente às ações reivindicatórias a partir do protagonismo social. “O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é

um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana” (BRASIL, 2002, p. 1). O campo brasileiro é diverso; agrega culturas, identidades e saberes, e não pode ser entendido unicamente na condição de um limite geográfico não urbano.

O termo Educação do Campo representa importantes conquistas sociais, pois corresponde a uma concepção de educação dialógica, resultante de significativos debates com a sociedade civil organizada, ou seja, movimentos sociais e sindicais, e sobretudo os povos que vivem nas florestas, nos campos, nos rios, nos igarapés e igapós, nos quilombos e nas aldeias. Embora o termo Educação do Campo carregue amplo histórico reivindicatório e posicionamento político sobre o projeto educacional e de sociedade na perspectiva social emancipatória, como asseveraram Arroyo, Caldart e Molina (2004), utilizamos a expressão educação rural, distante do confronto conceitual com a Educação do Campo.

Em Rondônia há significativas redes de ensino denominadas rurais. Muitas têm se materializado a partir do predomínio de interesses hegemônicos; outras, a partir dos esforços de professores e professoras que, diante das ausências do poder público, instituíram modos de pensar e fazer a escola baseados nas particularidades de crianças e jovens que residem em áreas rurais. Não se pode esquecer que diversas famílias de migrantes ergueram com as próprias mãos escolas rurais em contextos diversos, antes e após a criação do estado de Rondônia, de 1981, cabendo ao poder público oficializá-las.

Porém, constatamos a intensificação do fechamento de escolas rurais a partir do início da década de 1980, ação pensada e executada pelo poder público, pelas administrações públicas, que prejudica a sociedade civil. A mudança da escola rural de uma sala – próxima à comunidade, mesmo que multisseriada – para a escola polarizada ou nucleada requereu uma instituição de ensino de muitas salas, muitos professores, mas distante das comunidades e sem o efetivo conjunto de requisitos para atender às peculiaridades das comunidades rurais. Em Rondônia, intensificaram-se os processos de polarização ou nucleação de escolas rurais e, conseqüentemente, o fechamento de escolas para a população rural.

Nesta pesquisa, o objetivo é analisar fatores que ocasionaram significativo número de fechamento de escolas localizadas em áreas rurais na região amazônica, no Norte de Brasil, especificamente no estado de Rondônia.

A indagação norteadora é a seguinte: o processo de fechamento de escolas destinadas a crianças e jovens camponeses no estado de Rondônia a partir do início do século 21 corresponde à efetivação de propósitos do agronegócio?

A investigação traz como recorte temporal os anos de 2000 a 2020, período no qual ocorreu intenso fechamento de escolas destinadas aos camponeses.

As fontes de pesquisa são bibliográficas, noticiosas e documentais – entre as quais se destacam a Sinopse Estatística da Educação Básica, os Censos Agropecuários, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acessados em bancos de dados oficiais.

Em Rondônia, região amazônica, constatamos que as ações que incidiram sobre a educação de crianças e jovens foram balizadas por interesses contrários aos princípios dos direitos sociais, ou seja, existiram incentivos financeiros para gerar produção relacionada ao agronegócio. Simultaneamente, escolas do campo foram fechadas para

diminuir os investimentos financeiros públicos sociais. Embora o encerramento das atividades de instituições de ensino corresponda à diminuição do número de crianças e jovens no interior das escolas, não utilizamos dados estatísticos sobre o número de professores e alunos a partir do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) por três razões. A primeira diz respeito à inconsistência – ausência de informações oficiais sobre dados e eventos, constatados por nós ao longo da investigação; a segunda corresponde ao foco da pesquisa, que está relacionado prioritariamente à diminuição do número de escolas públicas a partir do financiamento público do agronegócio, situação em que a terra não é utilizada a partir de sua função social; e a terceira razão é o processo de nucleação ou polarização ainda em curso em muitos municípios rondonienses, que dificulta o acesso a documentos oficiais sobre os dados estatísticos.

O fechamento de escolas em áreas rurais do estado de Rondônia é um acontecimento assinalado por interesses diversos, como a contenção de gastos públicos e a escolha de um projeto político em consonância com a classe hegemônica, o que prejudica a população camponesa no âmbito dos direitos sociais.

RONDÔNIA E O PROCESSO MIGRATÓRIO

Inserido no espaço denominado Amazônia Ocidental, o estado de Rondônia está localizado na região Norte do Brasil e é composto por 52 municípios.

O espaço geográfico do estado compõe local de acirradas disputas por interesses nacionais e internacionais devido à exuberância de suas riquezas vegetais nativas, com destaque para as seringueiras, cacauzeiros e madeiras, e de suas riquezas minerais, como o ouro, a cassiterita e os diamantes. A terra obtida a partir do desflorestamento para o plantio de pastagens, a criação de gado de corte e leiteiro, e a produção da soja também se destaca na geografia de Rondônia.

Confrontos pela terra entre trabalhadores rurais e as forças reacionárias do agronegócio e oficiais, como o massacre de Corumbiara, em 1995, demarcam parte da violência contra trabalhadores rurais, contra o povo.

A história da composição de Rondônia apresenta relação direta com o advento do governo militar no Brasil (1964-1985). Naquela época, os governantes autoritários intensificaram os projetos de povoamento. De lá para cá, o Território Federal do Guaporé (1943) passou a ser o Território Federal de Rondônia (1956) e, posteriormente, o estado de Rondônia (1981) (BRASIL, 1943, 1956, 1981).

Intensificada na década de 1970, a ocupação da região amazônica foi uma ação planejada e estava pautada em projetos de exploração das potencialidades produtivas da região e no estímulo à migração.

Na década de 1970, a região da Amazônia Legal compreendia uma extensão de 59% do território nacional. Todavia, o Território Federal de Rondônia, de acordo com o censo demográfico do período, apresentava densidade demográfica de 0,49 hab/km² e tinha apenas dois municípios, Porto Velho e Guajará Mirim. Para Ianni (1986, p. 55),

[...] o que ocorreu na Amazônia, nos anos 1964-78, foi, principalmente, um desenvolvimento extensivo do capitalismo. No extrativismo, na agricultura e na pecuária, desenvolveram-se as relações capitalistas de produção, juntamente com as forças

produtivas. Esse foi o quadro geral no qual se integrou a política estatal de ocupação, inclusive a colonização dirigida, oficial e particular.

A política de assentamentos dirigidos e os projetos integrados de colonização, adotados no período do governo militar, foram pensados com intuito de fortalecer os projetos agropecuários para, a partir daí, alavancar o desenvolvimento econômico sob o ponto de vista capitalista. Em diversos momentos, os militares propagandearam ou induziram o processo migratório por meio da persuasão. Um dos exemplos é o slogan “Vamos levar os homens sem terras do Nordeste para as terras sem homens” (SOUZA, 1997, p. 29).

O crescente fluxo migratório do período requereu certa organização e controle. Desse modo, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), por meio do Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BRASIL, 1970). No mesmo ano, o Incra chegou ao antigo Território Federal de Rondônia com o objetivo de organizar os espaços, fazer o acompanhamento e a legalização dos projetos de assentamentos. Porém, as dificuldades para obtenção de ajuda e orientação por parte dos migrantes colonos era imensa.

[...] era mais fácil falar com o presidente da república do que com o coordenador local do Incra. Isso fez muitos desistirem. As dificuldades foram (e estão sendo) enormes: o desconhecimento total da região; doenças como a malária, talvez a maior inimiga dos migrantes; a ausência do Incra e de outros órgãos que só agora partem para um trabalho mais próximo ao colono; e falta de financiamentos, escolas, postos de saúde e estradas vicinais para tirar a produção. (O SONHO..., 1980, p. 14).

O aumento do fluxo migratório não foi acompanhado pelo correspondente compromisso do Incra em auxiliar os migrantes. Essa ausência gerou problemas para a permanência dos colonos e, sobretudo, no que diz respeito à assistência técnica, para o acesso à terra e produção.

Os projetos de assentamentos dirigidos, conduzidos pelo Incra nas décadas de 1970 e 1980, distinguem-se daquilo que entendemos como reforma agrária.

De maneira geral, a reforma agrária visa promover uma melhor distribuição da terra mediante mudanças no regime de posse e uso, buscando respeitar os princípios de justiça social e economicidade. Contudo, para que uma melhor distribuição de terras seja efetiva no sentido de provocar emancipação socioeconômica dos produtores, demandam-se políticas agrícolas adequadas de amparo e orientação às atividades rurais com vistas à produtividade e emprego dos recursos produtivos e, quando necessário, de interconexão com o setor industrial. (SCHMITZ; BITTENCOURT, 2014, p. 578).

O Estatuto da Terra (BRASIL, 2014a), de 1964, foi elaborado a partir de forte viés conservador, reacionário e autoritário. Para promover uma reforma agrária que corresponda a alterações na estrutura de produção agrária, é preciso outro projeto de sociedade.

Diante do significativo aumento populacional entre 1950 e 2010, pressupunha-se que a distribuição de terras se efetivasse a partir das especificidades da população rural; porém, o modelo de Estado burguês fez-se presente.

O aumento populacional nesse período foi significativo, como atesta a comparação efetuada sobre informações dos censos demográficos disponíveis sobre a região, com periodicidade de divulgação decenal (Tabela 1). Para esta pesquisa utilizamos os dados atuais disponíveis pelo IBGE, ou seja, sem contabilizar os números de 2020, ainda não divulgados pelo governo federal.

Tabela 1 – População Rural e Urbana no Atual Estado de Rondônia (1950-2010)

Anos	Total habitantes	População			
		Urbana		Rural	
		Números	%	Números	%
1950	36.935	13.816	37,4	23.119	62,6
1960	70.783	30.842	43,6	39.941	56,4
1970	116.620	60.541	51,9	56.079	48,1
1980	503.125	239.436	47,6	263.689	52,4
1991	1.130.874	658.172	58,2	472.702	41,8
2000	1.231.007	883.048	61,9	494.744	38,1
2010	1.562.409	1.149.180	73,6	413.229	26,4

Fonte: Dados organizados pelos autores (2022). Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 (BRASIL, 2022a, 2022b, 2022c, 2022d, 2022e, 2022f, 2022g).

Entre as décadas de 1950 e 1970, ocorreu aumento populacional significativo na região, de 36.935 para 116.620 habitantes, uma elevação populacional em torno 316,7%. No mesmo período, verificamos uma redução de 14,5% da população das áreas rurais. De algum modo, a falta de apoio à permanência das famílias de migrantes na terra correspondeu à ausência de subsídios para a produção da agricultura familiar.

Situação recorrente a outros recortes temporais, o decréscimo populacional em áreas rurais, ocorrido a partir da década de 1990 (de 41,8% para 26,4%), pode ser associado aos desafios enfrentados pelos migrantes que tiveram como alternativa a saída do meio rural para os centros urbanos.

A agricultura familiar, desde o processo migratório, foi e é importunada pelos latifundiários. O agronegócio despontou-se na região e colocou em risco a preservação da floresta e das culturas dos povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e camponeses.

A expansão do agronegócio implicou no uso da terra que a afasta de sua função social. Em 1970, início da intensificação migratória na região, apenas 2,51% das terras eram ocupadas por pastagens plantadas. Em 1985, 14,58% das terras eram ocupadas por pastagens plantadas. Na comparação entre os censos Agropecuários de 2006 e 2017 (BRASIL, 2009, 2017), as áreas com pastagens plantadas sofreu uma elevação de 63,6%, algo avassalador que reforça o projeto capitalista em curso.

Além da bovinocultura, as lavouras temporárias de soja foram ampliadas pelo estado de Rondônia a partir dos interesses do agronegócio nas duas últimas décadas.

Quadro 1 – Produção de Grãos em Rondônia

Censos agropecuários	Número de propriedades	Toneladas de grãos produzidos
Ano de 2006	252	150.567
Ano de 2017	402	800.293

Fonte: Dados organizados pelos autores (2022). Censos agropecuários 2006 e 2017.

Lavouras de soja necessitam de grandes extensões de terras para sua produção. Esse movimento de elevada produtividade do agronegócio no campo rondoniense gera concentração de terras nas mãos de latifundiários, contribui para o êxodo rural das famílias que são forçadas a venderem ou firmarem contrato de arrendamento de suas propriedades e, conseqüentemente, impulsiona o fechamento das escolas.

A carne bovina representa, atualmente, a principal commodity do estado. Ocupando a sexta posição brasileira em números de bovinos, com mais de 14 milhões de cabeças, o estado também encontra-se na quinta posição entre os maiores exportadores de carne bovina do Brasil (5º MAIOR..., 2017), o que demanda, assim como os grãos, grandes extensões de terra.

TERRA E EDUCAÇÃO: ABERTURA DE ESCOLAS RURAIS

A intensificação do processo migratório por famílias oriundas de diversas localidades do país em busca de terras amazônicas para morar, criar seus membros, plantar, colher e viver foi um fato determinante para o surgimento de inúmeras escolas multisseriadas em linhas vicinais que cortam a floresta em Rondônia.

Entretanto, a abertura de escolas e as condições inerentes ao seu funcionamento em localidades rurais não ocuparam relevante espaço entre as ações estratégicas dos governos militares, tampouco a partir da redemocratização, mesmo diante do eminente aumento populacional. Assim, as famílias que adentravam às picadas em meio à floresta em busca da terra para plantar e colher preocuparam-se com a necessidade de educação formal para crianças e jovens. Diante da ausência do poder público sobre a implementação de escolas, diversas foram as iniciativas das próprias comunidades para a garantia da alfabetização e escolarização de crianças e jovens.

[...] as comunidades se antecipavam à ação governamental, instalando escolas em espaços físicos por elas construídas, sob a direção de docentes escolhidos entre seus membros. [...] Isto implicou no número de escolas funcionando em locais não adequados (barracas e tapiris) e no aumento de contingentes de professores leigos. (LIMA, 1993, p. 9-10).

Construir escolas demandava organização. As comunidades preparavam os materiais a serem utilizados, serravam madeira para a composição das paredes das salas de aulas com serras manuais, utensílios rudimentares, e com o auxílio de machados, formões e cunhas. As folhas da palmeira babaçu eram preparadas para a cobertura dos

telhados. De modo elementar, a própria comunidade escolhia uma pessoa com maior grau de instrução para ministrar as aulas na escola rural de madeira e com uma sala só.

No primeiro momento, a escola era literalmente construída com materiais disponíveis nas localidades rurais e funcionava a partir das deliberações das comunidades. Era comum encontrar uma criança com apenas a 4ª série completa na condição de professora leiga de escolar rural multisseriada. A escola rural era a única alternativa para garantir a efetivação da alfabetização. No segundo momento, o poder público assumia a administração da escola, inclusive acatando as decisões das comunidades em relação à seleção da docente. Na ocasião, não haviam cursos de magistério, tampouco de formação inicial suficientes e acessíveis que pudessem formar docentes rurais para atender o crescente número de crianças e jovens diante da intensa migração.

Tais professores e professoras passaram a ser denominados e denominadas de leigos e leigas, por não terem formação pedagógica para o exercício do magistério. Na verdade, a maioria não tinha nem mesmo concluído o primário, mas aceitava o desafio da docência, quer por necessidade financeira, quer pelo sonho de ser professor, ou mesmo porque fora escolhido pela comunidade. (BARROS *et al.*, 2020, p. 1009).

A escolha de professores e professoras para atuarem nas escolas rurais envolvia a iniciativa e o consenso das comunidades. Nunes e Barros (2020, p. 46), ao descreverem o resultado de pesquisa que realizaram sobre o processo de recrutamento de professores rurais no período, asseveram que

[...] não havia critério para a contratação de professores na época [...] o fato de chegar na comunidade e se estabelecer em um lote rural, se possuísse alguma aptidão ou conhecimento de leitura e escrita tornava-se professor frente a tamanha carência e necessidade de estabelecer escolas para fixar essas comunidades nos locais.

A escola, naquele contexto, era essencial para a garantia de parte dos direitos sociais e ser docente era fator preponderante para ajudar as comunidades em suas diversas frentes, inclusive para a permanência no meio rural. A docência normalmente era exercida por uma criança ou jovem; seu contrato de trabalho era feito junto ao Incra, órgão responsável pelo ensino na região.

De acordo com Peres (2015, p. 25), naquele período, o “[...] Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), [foi o] principal responsável pelo desenho atual de estado”. Por um lado, o Incra era a instituição detentora de morosidade para subsidiar insumos e coordenar ações necessárias para atender às demandas dos colonos migrantes; por outro lado, era o detentor de prerrogativas necessárias para contratar docentes das escolas rurais.

Ademais, a educação escolar em localidades rurais de Rondônia, enquanto um direito social subjetivo, foi negligenciada pelo poder público, principalmente ao se tratar da carta constitucional elaborada e promulgada no regime militar.

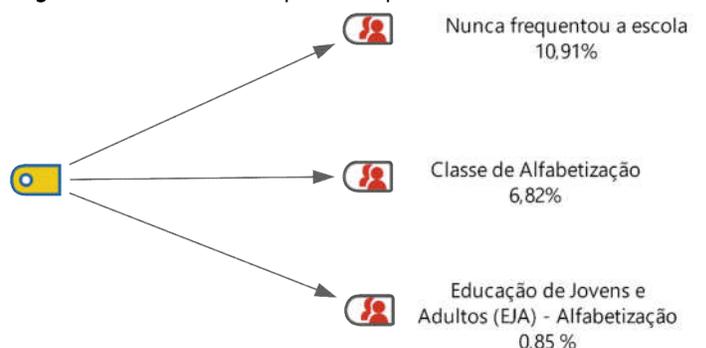
Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ampliou a idade escolar e as etapas de escolarização. Em seu Art. 4º,

que trata sobre o direito e o dever da educação, assevera a “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade” (BRASIL, 2021a, p. 2).

Embora a LDB apresente importantes modificações sobre idade e etapas de escolarização, as comunidades rurais encontram maiores dificuldades para acessar e permanecer nas escolas formais por diversas razões, entre as quais a ausência de políticas públicas específicas no campo da Educação, mencionada por Barros e Ferreira (2020). Para Weisheimer (2019, p. 191), “a escola aparece distanciada do trabalho agrícola, introduz na cultura local os valores e estilos de vida destoante das práticas sociais locais”. As escolas que não apresentam inter-relações com os cotidianos de crianças e jovens rurais dificilmente serão atrativas.

O último Censo Agropecuário, disponibilizado em 2017, auxilia o melhor entendimento sobre o nível de escolaridade dos proprietários de estabelecimentos rurais de Rondônia segundo a oferta de escolas multisseriadas, ou seja, até o 5º ano do Ensino Fundamental ou séries correspondentes (Figura 1).

Figura 1 – Percentual de Proprietários que Não Concluíram a Escolaridade



Fonte: Elaborado pelos autores (2021), com dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) e recursos do *software* Maxqda.

O elevado índice de proprietários rurais que não concluíram os estudos equivalentes ao atual 5º ano do Ensino Fundamental, correspondente a 18,58% do total, é uma situação alarmante diante dos avanços tecnológicos e das conquistas dos direitos sociais a partir dos anos 1980. Dentre os entrevistados, 10,91% nunca frequentaram uma instituição de ensino, ou seja, tiveram o direito de acesso a uma instituição escolar negado ou negligenciado, o que contribui para que os índices de analfabetismo permaneçam elevados em áreas rurais do estado.

O fechamento de escolas rurais multisseriadas nas linhas vicinais e em rios que cortam a floresta amazônica corresponde ao conseqüente processo de nucleação ou polarização, uma estratégia apropriada pelo poder público para efetivar a redução dos investimentos ou encargos com a educação de crianças e jovens.

Não é o foco da presente pesquisa historiar a educação rondoniense. De todo modo, há significativas investigações que demonstram aspectos históricos relacionados ao ensino em diversas localidades do estado de Rondônia. Entre eles destacam-se Costa

(2021), Lima (2019), Nunes (2019), Santos (2021), Silva (2019) e Silva (2021). Em sua maioria, as pesquisas abordam questões relacionadas a falta de políticas públicas para escolas em áreas rurais.

FECHAMENTO DE ESCOLAS EM RONDÔNIA: CONTROVÉRSIAS

Não é tão fácil acessar a escola enquanto direito social quando falamos de áreas rurais do estado de Rondônia. Complexas são as relações instituídas por projetos de governo que não priorizam a educação em áreas rurais. Se o acesso é difícil, a permanência não é algo simples, pois viver e morar em áreas rurais corresponde a enfrentar dificuldades para a manutenção da cidadania.

É evidente que, no decorrer do processo migratório, a partir dos anos de 1970, por iniciativa dos colonos, inúmeras escolas multisseriadas surgiram às margens das linhas vicinais e rodovias no contexto rondoniense. Já nas duas primeiras décadas do século 21, podemos constatar o processo contrário, que tem culminado com o fechamento exorbitante de escolas rurais. Na comparação do ano 2000 ao de 2020, verificamos acentuado número de escolas fechadas em Rondônia.

Tabela 2 – Quantitativo de Escolas por Localização e Dependência Administrativa

Escolas rurais em Rondônia				
Ano	Federal	Estadual	Municipal	Total
2000	1	39	2.161	2201
2005	2	85	1.418	1.505
2010	2	103	608	713
2015	2	145	384	531
2020	2	118	281	401

Fonte: Elaborada pelos autores (2021) a partir de Sinopses Estatísticas da Educação Básica (BRASIL, 2009, 2019a, 2019b, 2021b).

O decréscimo do quantitativo das escolas rurais no estado é alarmante. Por um lado, a municipalização¹; por outro, a constante ausência de políticas públicas condizentes às realidades da população rural. De 2000 a 2020, restaram apenas 18,2% de escolas municipais, ou seja, 81,8% das escolas em áreas rurais do estado foram fechadas. O fechamento de escolas externa a desvalorização da função social da terra, interessante apenas ao avanço do agronegócio na perspectiva capitalista.

Os dados também demonstram que o fechamento das escolas rurais incide com maior impacto nas instituições municipais. Na rede estadual, por outro lado, houve um considerável acréscimo em termos numéricos no mesmo período: aumento de 302,6%. Essa realidade destoia no primeiro momento, mas, em nosso ponto de vista, corresponde à instituição do precário projeto de ensino remoto devido à mediação tecnológica no Ensino Médio, instituído a partir de 2016. Em sua gênese, esse projeto prioriza a contenção de gastos públicos por diversos fatores. Um deles é a ausência de professores nas escolas, algo que sobremaneira desmotiva a participação e frequência de estudantes e, consequentemente, colabora para o fechamento de escolas, mesmo as multisseriadas para jovens.

Com o fechamento das escolas multisseriadas, ocorreu o inchaço nas poucas escolas polarizadas/nucleadas, a sobrecarga nas redes urbanas e, concomitantemente, a necessidade de crianças e jovens enfrentarem diariamente longos trajetos para acessar uma instituição de ensino. Em sua maioria, os percursos são feitos em ônibus que percorrem estradas ou linhas de chão e de cascalho, em muitos casos, precárias. Os deslocamentos por longos trechos rumo aos centros urbanos também são feitos por professores e professoras, além dos demais profissionais da educação que, em muitos casos, já residiam em área rural.

Há diversos problemas relacionados à polarização/nucleação: “o distanciamento do ensino rural em relação à realidade do trabalho, da vida e da cultura dos alunos das escolas rurais, incluindo as que passaram a ofertar as oito séries do ensino fundamental, não mudou” (RIBEIRO, 2013, p. 177).

Nos contextos pesquisados por nós, há intensificação dos debates sobre a necessidade de agregar aspectos identitários e culturais aos conteúdos das disciplinas e aos projetos políticos pedagógicos, em consonância com as peculiaridades dos povos que vivem em localidades rurais. A escola necessária é composta por diversas atribuições, muitas delas já presentes nos movimentos sociais e sindicais reivindicatórios pela reforma agrária, sobretudo por um modelo de educação freireana, que se distingue da ideia instituída pelas elites agrárias, interessadas apenas em mão de obra barata para intensificar seus negócios.

Como uma tentativa de estabelecer um diálogo com os povos de áreas rurais e conter as injustiças sociais ocasionadas com o fechamento de escolas dessas localidades, no governo da então presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), foi promulgada a Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014, que acrescentou uma emenda ao Art. 28 da LDB, a qual estabelece que:

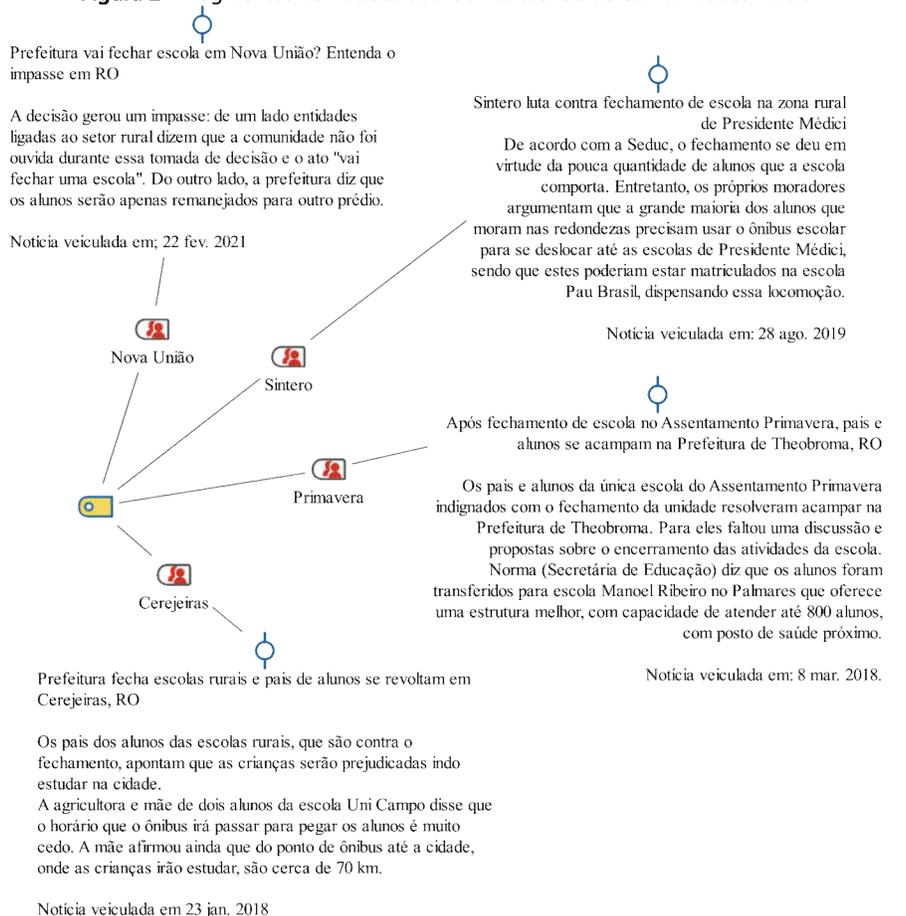
O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (BRASIL, 2014b, p. 1).

Embora a alteração na LDB apresente uma tríade de elementos a serem considerados na ação do fechamento de escolas – i) justificativa das Secretarias de Educação; ii) impactos sociais; e iii) manifestação da comunidade –, percebemos que esses critérios não foram e não são considerados pelo poder público, ou seja, as administrações públicas não demonstraram interesse em efetivar processos democráticos.

Notícias de diferentes veículos, em diversas mídias, sobre fatos relacionados ao fechamento de escolas rurais demonstram as ações impositivas e truculentas, uma estratégia das administrações públicas, e o desespero para fechar escolas rurais, sem o necessário diálogo e a análise dos impactos sociais, conforme estabelece a legislação.

Na Figura 2, apresentamos recortes de noticiários divulgados no formato online, de municípios diversos do estado de Rondônia, que retratam parte do posicionamento do poder público e das comunidades.

Figura 2 – Fragmentos de Notícias Sobre a Resistência de Comunidades Rurais



Fonte: Elaborado pelos autores (2021), com dados da mídia local (APÓS..., 2018; PREFEITURA..., 2021; MATTOS, 2018; SINTERO, 2019) e recursos do *software* Maxqda.

Os fragmentos de notícias demonstram a imposição do poder público frente ao processo de fechamento de instituições escolares rurais. Podemos destacar dois movimentos contraditórios nos noticiários: i) falta de diálogo com a comunidade, por parte do poder público, para a tomada de decisão; e ii) resistência das comunidades pela manutenção das escolas próximas à localidade em que moram.

Em um dos trechos, os pais de duas crianças reclamam do fechamento da escola em que os filhos estudavam e mencionam que a distância a ser percorrida para acessar a nova instituição de ensino é de 70 km.

As justificativas apresentadas pelas administrações públicas e Secretarias de Educação para o fechamento de escolas rurais fizeram referências a elementos externos como fatores determinantes sem ao menos debater com a comunidade a implantação de políticas públicas capazes de solucionar os diversos problemas das instituições: i)

infraestrutura antiga das instituições multisseriadas rurais, que carecem de reformas e/ou adequações; ii) ausência de materiais de apoio aos professores e professoras: laboratórios de informática, bibliotecas, quadras e pátios cobertos; iii) economia financeira para os municípios, uma vez que as escolas polarizadas/nucleadas permitem a concentração de assistência pedagógica e/ou manutenção em local estratégico, sem a necessidade de deslocamentos distantes dos centros urbanos administrativos; e iv) maior controle ou fiscalização das escolas e sobretudo das atividades docentes em relação aos projetos estabelecidos para cumprimento de conteúdos e carga horária de trabalho.

Os diversos e infundados argumentos para o fechamento das escolas rurais não apresentam fatores internos que justifiquem a ausência de ações e de responsabilidades por parte do poder público para garantir o acesso e a permanência de crianças e jovens nas escolas; essa não é uma novidade no Brasil. Segundo nossas análises, as administrações municipais demarcaram uma escolha. Não interessa aqui avaliar se essa escolha foi feita ou não de modo deliberado; a verdade é que o intenso processo de avanço do capitalismo agrário corrobora o fechamento de escolas destinadas a crianças e jovens camponeses no estado de Rondônia, sobretudo a partir do início do século 21; em síntese, equivale à efetivação dos propósitos do agronegócio.

A função social das escolas rurais, no estado de Rondônia, vai além de um local onde crianças e jovens se apropriam do saber escolar sistematizado, como mostra o fragmento da reportagem da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Rondônia sobre o fechamento de uma escola do município de Seringueiras, presente no local há mais de 25 anos. A instituição desativada é onde os pais dos estudantes e os moradores da comunidade rural estudaram. A escola compõe a memória afetiva e coletiva, é uma referência de ensino: “A escola é mais que uma estrutura física, é parte da vida e da história das comunidades e local de referência para a vivência comunitária, o lazer e a organização” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DE RONDÔNIA, 2017). Em relatório elaborado pela CPT em 2021 sobre conflitos no campo, pode-se perceber que a violência é uma das escolhas do opressor, situação agravada pelo fechamento de escolas do Campo, algo que apresenta inter-relação com a expansão do agronegócio.

Além da expansão do agronegócio no estado, que ocasionou o arrendamento ou venda das terras e a saída de famílias do campo, a política de fechamento de escolas localizadas no campo trouxe duas justificativas centrais: a maior concentração de investimentos em um único estabelecimento; e a redução de gastos públicos. De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Básica (INEP), em 2020, Rondônia possuía 1.236 estabelecimentos de ensino de Educação Básica regular, desses, 826 estavam localizados na área urbana (66,8%) e 410 na área rural (33,2%). (SANTOS, 2021, p. 156).

O fechamento de escolas rurais pelo poder público no estado de Rondônia é uma ação que rompe não somente com o direito de crianças e jovens de estudar em uma instituição de ensino próxima à sua moradia, mas impede ou dificulta que, na

escola, haja manifestações sobre as peculiaridades culturais e os modos de vida de um povo.

CONCLUSÃO

Na perspectiva da História da Educação, um significativo número de escolas rurais foi literalmente construído pelas comunidades rurais, a partir do intenso processo de migração para a região amazônica da década de 1970. Essas instituições de ensino corresponderam aos anseios por acesso à educação elementar de crianças e jovens diante dos contextos de autoritarismo dos governos militares no Brasil.

A escola rural, diferente do conceito de Educação do Campo, era a representação de algumas das possibilidades de efetivar o tão sonhado direito pelo acesso à educação elementar na região pesquisada. Pensada para crianças e jovens, carregava sobretudo o anseio e as determinações das comunidades, mesmo com uma professora leiga em sala multisseriada.

As justificativas apresentadas pelas diversas Secretarias de Educação no estado de Rondônia para o fechamento de escolas são mecanismos que, a nosso ver, escamoteiam as realidades quanto à necessidade de ampla oferta da matrícula escolar nas comunidades rurais para assegurar o direito à educação pública, de qualidade e laica.

A polarização ou nucleação de escolas rurais foi uma das alternativas adotadas pelas administrações públicas. Porém, não foi a mais adequada diante das recorrentes e históricas ausências do poder público para subsidiar as escolas em contexto amazônico, para os povos das florestas, dos campos, dos rios, dos igarapés, dos igapós, dos quilombos ou das aldeias.

O fechamento e a desativação das escolas rurais têm representado, no estado de Rondônia, um mecanismo impositivo que desrespeita o direito de crianças e jovens, alterando o percurso da escola, sem considerar o espaço e as peculiaridades dessa população ao demonstrar apreço pela lógica perversa do capitalismo.

A presença do agronegócio em Rondônia, de certo modo, impôs modos de vida, formas de trabalho e forçou a saída da agricultura familiar do campo, ora se apropriando de suas terras por meio de pagamento abaixo do mercado, ora ampliando vagas para contrato de mão de obra assalariada ou arrendamento, mesmo sem as prerrogativas dos direitos trabalhistas. O deslocamento tendencioso da população do campo para a cidade e as ausências de políticas públicas específicas para as escolas localizadas no meio rural auxiliaram sobremaneira o fechamento de muitas instituições de ensino para os camponeses.

A concentração e o uso da terra para o atendimento dos anseios da produção de commodities, aliados à falta de assistência, informação, crédito, e atendimento às condições de escolarização e saúde às famílias de pequenos produtores, são o trampolim para o afugentamento das famílias rumo aos centros urbanos e, conseqüentemente, à abertura de espaços propícios a alavancar o agronegócio.

O fechamento de escolas rurais para crianças e jovens em Rondônia, que integra a Amazônia Ocidental, é desprovido de concepção pedagógica que valora culturas e saberes populares e não corresponde aos anseios dos povos que habitam a floresta.

Artigo recebido em: 07/01/2022
Aprovado para publicação em: 25/05/2022

CLOSING SCHOOLS AIMED AT COUNTRYSIDE IN THE AMAZON CONTEXT: THE RIGHT TO EDUCATION SUBVERTED TO HEGEMONIC INTERESTS IN RONDÔNIA

ABSTRACT: The research has a qualitative approach, aimed to analyze factors that caused a significant number of school closures located in rural areas in the Amazon region, North of Brazil, state of Rondônia, in the period from 2000 to 2020. Does schools for rural children and youth in the state of Rondônia, from the beginning of the 21st century, correspond to the realization of agribusiness purposes? Among the sources used were bibliographic materials, media news and documents – Statistical Synopsis of Basic Education, Agricultural Censuses, data from the Brazilian Institute of Geography and laws. The closing of schools in rural areas is an event marked by different interests, either by the absence of public educational policies for the peasants, or by the joining of schools in nucleation projects.

KEYWORDS: Rural Schools. Peasant Education. School Closings.

CIERRE DE ESCUELAS ORIENTADAS AL CAMPO EN EL CONTEXTO AMAZÓNICO: EL DERECHO A LA EDUCACIÓN SUBVERTIDO A INTERESES HEGEMÓNICOS EN RONDÔNIA

RESUMEN: La investigación tiene un enfoque cualitativo, con el objetivo de analizar los factores que causaron un número significativo de cierres de escuelas ubicadas en áreas rurales de la región amazónica, norte de Brasil, estado de Rondônia, en el período de 2000 a 2020. ¿Escuelas para niños y niñas rurales? jóvenes en el estado de Rondônia, desde el inicio del siglo XXI, corresponden a la realización de fines agroindustriales? Entre las fuentes, se utilizaron materiales bibliográficos, noticias de prensa y documentos – Sinopsis Estadística de la Educación Básica, Censos Agropecuarios, datos del Instituto Brasileño de Geografía y leyes. El cierre de escuelas en zonas rurales es un evento marcado por diferentes intereses, ya sea por la ausencia de políticas públicas educativas para los camponeses, o por la incorporación de las escuelas en proyectos de nucleación.

PALABRAS CLAVE: Escuelas Rurales. Educación Campesina. Cierre de Escuelas.

NOTA

1 - Refere-se a escolas que atendem estudantes da Educação Infantil e do 1º segmento do Ensino Fundamental (do 1º ao 5º anos). A descentralização e o processo de municipalização das escolas estatais, que ocorreram a partir da aprovação da LDB, propôs a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração entre a União, os Estados, os municípios e o Distrito Federal.

REFERÊNCIAS

5º MAIOR exportador de carne do país, RO vira referência no combate à febre aftosa. **G1**, Rio de Janeiro, 29 set. 2017. G1 Rondônia. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/5-maior-exportador-de-carne-do-pais-ro-vira-referencia-no-combate-a-febre-aftosa.ghtml>>. Acesso em: 31 dez. 2021.

APÓS fechamento de escola no Assentamento Primavera, pais e alunos se acampam na Prefeitura de Theobroma, RO. **Balanço Notícias**, [S.l.], 8 mar. 2018. Disponível em:

<<https://balanconoticias.com.br/apos-fechamento-de-escola-no-assentamento-primaverapais-e-alunos-se-acampam-na-prefeitura-de-theobroma-ro/>>. Acesso em: 31 dez. 2021.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, Josemir Almeida *et al.* Memórias de professores e professoras rurais sobre o fazer docente em Rondônia, fins do século XX e início do XXI. **Educa – Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 7, n. 17, p. 998-1024, 13 dez. 2020.

Disponível em: <<https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/5548>>. Acesso em: 1 jan. 2022.

BARROS, Josemir Almeida; FERREIRA, Nilce Vieira Campos. Pesquisa em História da Educação rural: professoras e professores entre teias e tessituras. *In*: CHALOPA, Rosa Fátima de Souza; CELESTE FILHO, Macioniro; MESQUITA, Ilka Miglio de (org.). **História e memória da Educação Rural no Século XX**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 439-475.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002.

Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 32, 9 abr. 2002. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf. Acesso em: 2 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970**. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências. Brasília, DF, [10 jul. 1970]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1110.htm>. Acesso em: 25 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943**. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassu. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 15 set. 1943.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**: 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/?view=detalhes&id=767>>. Acesso em: 31 dez. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**: 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=768&view=detalhes>>. Acesso em: 31 dez. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**: 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 2022c. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=769&view=detalhes>. Acesso em: 31 dez. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**: 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 2022d. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=772>. Acesso em: 31 dez. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**: 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 2022e. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=782&view=detalhes>>. Acesso em: 31 dez. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**: 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2022f. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=783>. Acesso em: 31 dez. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**: 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2022g. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 31 dez. 2021.

BRASIL. **Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Presidência da República. República Federativa do Brasil. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF, [2014a]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 2 jan. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981**. Cria o estado de Rondônia e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 24549, 23 dez. 1981.

BRASIL. **Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, [31 mar. 2014b]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12960.htm>. Acesso em: 03 jan. 2022.

SANTOS, S. de F. dos; BARROS, J. A.

BRASIL. **Lei nº 2.731, de 17 de fevereiro 1956**. Muda a denominação do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 fev. 1956.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, [2021a]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 30 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação básica 2005**. Brasília, DF: Inep, jun. 2006. Disponível em: <<https://download.inep.gov.br/download/censo/2005/Censo2005.zip>>. Acesso em: 31 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação básica 2010**. Brasília, DF: Inep, 22 out. 2019a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_basica/sinopse_estatistica_da_educacao_basica_2010.zip. Acesso em: 31 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação básica 2015**. Brasília, DF: Inep, 21 out. 2019b. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_basica/sinopse_estatistica_da_educacao_basica_2015.zip>. Acesso em: 31 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação básica 2020**. Brasília, DF: Inep, 8 mar. 2021b. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/dados_abertos/sinopses_estatisticas/sinopses_estatisticas_censo_escolar_2020.zip>. Acesso em: 31 dez. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DE RONDÔNIA. Seringueiras, RO: município ameaça fechar escolas. **Notícias da Terra**, Porto Velho, 31 de jan. 2017. Disponível em: <<http://cptrondonia.blogspot.com/2017/01/seringueiras-ro-municipio-ameaca-fechar.html?m=1>>. Acesso em: 31 dez. 2021.

COSTA, Suzana Rodrigues da. **Escolas rurais ribeirinhas da região Amazônica do Baixo Madeira em Porto Velho, RO**: infraestrutura, oferta de ensino e aparelhamento (2015-2021). 2021. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2021.

MATTOS, Aline. **Prefeitura fecha escolas rurais e pais de alunos se revoltam em Cerejeiras, RO**. G1, Rio de Janeiro, 23 jan. 2018. G1 Rondônia. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/ro/vilhena-e-cone-sul/noticia/prefeitura-fecha-escolas-rurais-e-pais-de-alunos-se-revoltam-em-cerejeiras-ro.ghtml>>. Acesso em: 31 dez. 2021.

IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura: desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2021.

IBGE. **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017.html>>. Acesso em: 31 dez. 2021.

LIMA, Abnael Machado. **Achegas para História da Educação no estado de Rondônia**. Porto Velho: SEDUC, 1993.

LIMA, Roger dos Santos. **Se eu nascesse de novo quarenta e duas vezes eu seria professor nas quarenta e duas vidas: o fazer-se professor e professora rural em fins do século XX, em Ariquemes, Rondônia**. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.

NUNES, Márcia Jovani de Oliveira; BARROS, Josemir Almeida. Memórias sobre o recrutamento de professoras rurais pioneiras do Sul de Rondônia no segundo quartel do Século XX. *In*: FERREIRA, Nilce Vieira Campos; FRANCO, Neil; PÉREZ, Oresta López (orgs.). **História da educação, ensino e itinerários formativos nas regiões Centro-Oeste e Norte brasileiras**. Cuiabá: Editora Sustentável; Porto Velho: EDUFRO, 2020. p. 38-56.

NUNES, Márcia Jovani de Oliveira. **Do professor leigo ao graduado no magistério rural: ações pedagógicas e processos formativos na transição do século XX para o XXI em Colorado do Oeste-RO**. 2019. 211 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Escolar) – Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.

O SONHO renasce em Rondônia, o novo Eldorado superlotado de migrantes. Panorama Econômico/80. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 14, 30 maio 1980. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia//31695_20151002_143753.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

PERES, João. **Corumbiara, caso enterrado**. São Paulo: Editora Elefante, 2015.

PREFEITURA vai fechar escola em Nova União? Entenda o impasse em RO. **G1**, Rio de Janeiro, 22 fev. 2021. G1 Rondônia. Disponível em:

SANTOS, S. de F. dos; BARROS, J. A.

<<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/02/22/prefeitura-vai-fechar-escola-em-nova-uniao-entenda-o-impasse-em-ro.ghtml>>. Acesso em: 31 dez. 2021.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação**: liberdade, autonomia, emancipação: princípio/fins da formação humana. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Silvana de Fátima dos. **Ensino Técnico em Agropecuária no Instituto Federal de Rondônia**: trabalho, educação e as implicações na formação de jovens do campo no Vale do Jamari (2009 a 2021). 2021. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2021.

SCHMITZ, Arno Paulo; BITTENCOURT, Mauricio Vaz Lobo. O Estatuto da Terra no confronto do pensamento econômico: Roberto Campos versus Celso Furtado. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 23, n. 3, p. 577-609, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642127>>. Acesso em: 2 jan. 2022.

SILVA, Andressa Lima da. **Infâncias da terra**: histórias, memórias e suas repercussões na prática docente em escolas rurais de Ariquemes-RO. 2019. 202 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Escolar) – Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.

SILVA, Wanessa Teixeira da. **A política de nucleação escolar rural e seu processo de implantação em Ji-Paraná, Rondônia (2000-2008)**. 2021. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2021.

SINTERO. **Sintero luta contra fechamento de escola na zona rural de Presidente Médici**. Porto Velho, 28 ago. 2019. Disponível em: <<https://sintero.org.br/regionais/regional-guapore/noticias/geral/sintero-luta-contrafechamento-de-escola-na-zona-rural-de-presidente-medici/1719>>. Acesso em: 7 jan. 2022.

SOUZA, Irisneide. **A desordem da colonização em Rondônia**: PIC Sidney Girão. 1997. 126f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1997.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SILVANA DE FÁTIMA DOS SANTOS: Professora da Educação Básica da Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes, RO, Brasil e Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Campus Ariquemes. Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

(UNESP) - (2021), Campus de Marília. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) - (2017). Especialista em Metodologia do Ensino Superior (2008) e Mídias na Educação (2012), pela Universidade Federal de Rondônia. Licenciada em Pedagogia pela Faculdades Integradas de Ariquemes (FIAR) - (2004). Integrante do Grupo de Pesquisa Sociedade, Educação, Ciência e Tecnologia na Amazônia.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4811-1562>

E-mail: silvanasantos.ped@gmail.com

JOSEMIR ALMEIDA BARROS: Professor, Pesquisador e Extensionista do Departamento Acadêmico de Ciências da Educação (DACED). Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEEProf). Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) - (2019). Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE/UFU) - (2013) com Estágio Sanduíche no Instituto de Educação da Universidade do Minho em Braga - Portugal (2012). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ) - (2008). Especialista em História do Brasil pelo Programa de Especialização de Professores de Ensino Superior (PREPES) da (PUC-MG) - (2000). Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - (1997) e em Pedagogia pela Universidade de Uberaba (UNIUBE) - (2016).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2687-6575>

E-mail: josemir.barros@unir.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).